

VIII

Dos serviços cinematográficos oficiais

Art. 25.^o Os filmes produzidos pelos serviços cinematográficos dependentes de organismos oficiais ficam sujeitos às disposições deste decreto-lei, passando a sua produção a ser coordenada pelo Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo.

Art. 26.^o Fica o Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo autorizado a criar os serviços de noticiário e documentação cinematográfica, com os seguintes objectivos:

a) Utilizar o cinema como meio informativo e cultural de exposição e divulgação, por meio de actualidades cinematográficas, documentários e filmes culturais, patrocinados ou realizados directamente pelo Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo;

b) Reunir e arquivar na cinemateca nacional prevista no n.^º 6.^º do artigo 5.^º os filmes de actualidades, documentários culturais ou artísticos que interesse conservar, como documento histórico ou obra de arte.

Art. 27.^o O Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo pode fazer projectar em qualquer cinema do território português os filmes de que julgar conveniente a divulgação, devendo estabelecer com o organismo corporativo competente as condições dessa exibição.

IX

Disposições gerais

Art. 28.^o Fica o Governo autorizado a celebrar com outros países produtores de filmes acordos destinados a fomentar o intercâmbio técnico, artístico e comercial do cinema.

Art. 29.^o As disposições do presente diploma aplicam-se, para efeito de colocação, exploração e contingente, aos filmes portugueses já produzidos, não se aplicando as suas restrições aos filmes que estejam a ser produzidos à data da promulgação.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 24 de Dezembro de 1946. — ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Américo Deus Rodrigues Thomaz — Augusto Cancella de Abreu — Marcello José das Neves Alves Caetano — José Caeiro da Matta — Clotálio Luiz Supico Ribeiro Pinto.

Para ser presente à Assembleia Nacional.

MINISTÉRIO DO INTERIOR**3.^ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública**

De harmonia com as disposições do artigo 7.^º do decreto-lei n.^º 25:299, de 6 de Maio de 1935, se publica que S. Ex.^a o Ministro do Interior, por seu despacho de 18 do corrente, autorizou, nos termos do § 2.^º do artigo 17.^º do decreto n.^º 16:670, de 27 de Março de 1929, as transferências das seguintes importâncias, dentro das verbas da alínea a) do n.^º 1) do artigo 79.^º, capítulo 4.^º, do actual orçamento do Ministério do Interior:

Das polícias de segurança pública de:

Beja	5.000\$00
Braga	3.000\$00
Leiria	5.000\$00
Setúbal	12.000\$00
	<u>25.000\$00</u>

Para as polícias de segurança pública de:

Bragança	1.000\$00
Caetelo Branco	2.500\$00
Coimbra	2.000\$00
Guarda	2.700\$00
Portalegre	1.000\$00
Viseu	3.000\$00
Funchal	9.000\$00
Horta	800\$00
Ponta Delgada	3.000\$00
	<u>25.000\$00</u>

3.^ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, 19 de Dezembro de 1946. — O Chefe da Repartição, *Pedro António dos Reis*.

De harmonia com as disposições do artigo 7.^º do decreto-lei n.^º 25:299, de 6 de Maio de 1935, se publica que S. Ex.^a o Subsecretário de Estado da Assistência Social, por seu despacho de 23 do mês findo, autorizou, nos termos do § 2.^º do artigo 17.^º do decreto n.^º 16:670, de 27 de Março de 1929, as transferências das seguintes importâncias, dentro das verbas do n.^º 1) do artigo 147.^º, capítulo 6.^º, do actual orçamento do Ministério do Interior:

Da alínea e)	300.000\$00
Da alínea g)	1.600.000\$00
Da alínea l)	200.000\$00
	<u>2.100.000\$00</u>

Para a alínea b)	1.900.000\$00
Para a alínea c)	200.000\$00
	<u>2.100.000\$00</u>

As referidas transferências obtiveram o necessário acordo de S. Ex.^a o Subsecretário de Estado das Finanças em seu despacho de 6 do corrente mês, profereido de harmonia com o disposto no artigo 1.^º do decreto-lei n.^º 33:538, de 21 de Fevereiro de 1944.

3.^ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, 18 de Dezembro de 1946. — O Chefe da Repartição, *Pedro António dos Reis*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**Direcção Geral da Justiça****Portaria n.^º 11:641**

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Justiça, que, nos termos do artigo 38.^º e § único do artigo 30.^º do Estatuto Judiciário, seja aumentado o quadro do pessoal da secretaria judicial da comarca de Porto de Mós com mais um oficial de diligências.

Ministério da Justiça, 24 de Dezembro de 1946. — O Ministro da Justiça, *Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira*.

Portaria n.^º 11:642

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Justiça, que, nos termos do artigo 38.^º e § único do artigo 30.^º do Estatuto Judiciário, seja aumentado o quadro do pessoal da secretaria judicial da comarca de Vila Verde com mais um escriváriado de 2.^a classe e um oficial de diligências.

Ministério da Justiça, 24 de Dezembro de 1946. — O Ministro da Justiça, *Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira*.